

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : DESP

CLASS. : Amaz./Desmat.

DATA : 12 07 88

PG. : 46

35

A Amazônia pode sumir em 90 anos

Os desmatamentos e as queimadas na floresta amazônica continuam preocupando ecologistas e ambientalistas, que lotaram ontem o auditório do Instituto Oceanográfico para ouvir especialistas defender um plano que garanta o uso racional e não predatório da Amazônia. Somente no ano passado, foram queimados 20 milhões de hectares de madeira na região, metade do consumo nacional.

Promovido pela Fundação Pró-Natureza (Funatura), o simpósio "Desenvolvimento da Amazônia — Alternativa ao Desmatamento" reiterou a existência de uma pressão crescente sobre as matas tropicais, com a destruição de três milhões de hectares por ano. "Em 90 anos, não restará mais nada", alertou Maria Tereza Jorge Pádua, presidente da Funatura. A floresta está desaparecendo para ceder espaço a pastos e culturas anuais com pouca chance de vingarem ou a projetos de colonização e industrialização, com incentivos governamentais.

A instalação de uma usina de ferro-gusa na região está consumindo 720 quilômetros quadrados de madeira por ano, afirmou Philip Fearnside, da Divisão de Ecologia do Instituto Nacional de Pes-

quisas da Amazônia (Inpa). A abertura de rodovias sobre solos pobres está levando prefeitos a exigir asfalto e planos de colonização: "O aumento da população é parte do problema, mas cada habitante da Amazônia está desmatando cada vez mais".

Joésio Deoclécio Pierin Silqueira, professor adjunto do Departamento de Silvicultura e Manejo Florestal da Universidade Federal do Paraná, fez uma previsão alarmante: "A partir deste ano, a pressão sobre as florestas tropicais será muito grande". A principal fonte mundial de fornecimento, o Sudeste Asiático, proibiu a exportação de toras. O Brasil contribui com 1,4%. Mas seu potencial madeireiro está sendo desperdiçado, acusou o professor. E tem 30% do que resta de mata tropical no mundo. Daí, explicou, a necessidade de um sistema de manejo para o uso desses recursos — até agora explorados sem benefícios econômicos, ecológicos e sociais. O deputado Fábio Feldman, presente ao simpósio, pediu a aprovação de uma moção de apoio ao capítulo da Constituinte que prevê uma ocupação regulada por lei e que corre o risco de não ser mantido.